**RESUMO EXECUTIVO DA ATA**

**106ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI**

**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA**

**DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT**

**Data do evento:** 09/02/2023

**Horário:** 09h00

**Local:** Por videoconferência

**Pauta:**

1. Apreciação da Ata da Reunião Extraordinária da CT-PLAGRHI, realizada em 10/01/2023;

2. Discussão sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento Nova Porto Feliz” localizado no município de Porto Feliz, sob responsabilidade da empresa CONSTAL Tecnologia Ambiental Ltda;

3. Análise das inscrições de empreendimentos que concorrem ao financiamento FEHIDRO 2023;

4. Informes.

Ao nono dia do mês de janeiro de 2023, por meio de videoconferência, foi realizada a 106ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI, registrando-se a participação de 29 (vinte e nove) pessoas, entre representantes da municípios, Estado, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada a abaixo e do público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência utilizada. **Abertura**. A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-SMT, por meio de mensagem eletrônica. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, Vice-Presidente do CBH-SMT e representante da UFSCar Sorocaba, que cumprimentou a todos e deu início à reunião. **1. Apreciação da Ata da Reunião Extraordinária da CT-PLAGRHI, realizada em 10/01/2023**. Foi colocado em aprovação o teor da Ata, e sem discordâncias, foi aprovada por unanimidade. **2. Discussão sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento Nova Porto Feliz” localizado no município de Porto Feliz, sob responsabilidade da empresa CONSTAL Tecnologia Ambiental Ltda**. O Sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) fez uma introdução contextualizando que o Comitê de Bacia deverá elaborar um parecer sobre qualquer atividade ou obra que possa impactar os recursos hídricos dentro da bacia. Informou que na reunião anterior foi feita uma discussão inicial para que os membros se inteirassem do assunto. Ressaltou que as dúvidas residem principalmente na questão de saneamento, nas quatro vertentes, o abastecimento público, pois a proposta do loteamento é fazer abastecimento por poços, e a região possui problema de volume de água em poços. Questionou se a empresa tem uma alternativa em função de abastecimento, e como que vai dar essa ocupação do loteamento em relação à disponibilidade de água. Com relação ao tratamento de esgoto, destacou que Porto Feliz tem estações de tratamento. Mencionou também a questão da drenagem urbana, que é um problema também cada vez mais frequente. Indagou se o projeto prevê algum tipo de obra para reduzir o volume e a força da água no período de chuva. E a coleta e destino dos resíduos sólidos, que é uma responsabilidade da prefeitura, mas gostaria de ouvir da empresa como que isso será feito. Sr. André passou a palavra para ao representante da empresa CONSTAL para a apresentação do EIA/RIMA. Sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) iniciou dando um contexto de localização do empreendimento, que ele está bem próximo da região central do munícipio, tendo como uma barreira física entre eles o Rio Tietê. Mostrou as áreas de influência. Citou que se trata de um empreendimento misto, comercial e residencial, ele vai ter uma área de lotes de cerca de 414 mil metros quadrados, algo em torno de 1.300 lotes. Salientou que, conforme a determinação da prefeitura, o que condiz com o plano diretor, haverá a implantação de uma nova ponte, que vai interligar o empreendimento à região central do município. Informou também que, foram obtidas todas as certidões de conformidades e viabilidade na Prefeitura, e na Secretaria de Meio Ambiente. A Prefeitura também emitiu pareceres informando que há um déficit de moradia na cidade, e que ela entende que aquela região será de avanço da mancha urbana. O SAAE emitiu e já renovou diretrizes declarando a viabilidade de abastecimento e esgotamento sanitário. Já possuem também viabilidade de energia e uma declaração da Prefeitura atestando que tem capacidade para realizar a coleta de resíduo sólidos no futuro empreendimento. Esclareceu que, o recorte da diretriz do SAAE, que determina para abastecimento do empreendimento vão ser necessários cinco poços dentro da área. E o SAAE também indica que o destino dos efluentes vai ser a ETE Chico. Esclareceu que houve uma mudança recente do plano diretor, porém essa mudança não afetou o zoneamento da área, continua o mesmo zoneamento pelo plano diretor anterior, que é zona de expansão urbana, zona residencial 2, e tem uma ZCA, zona de conservação ambiental, estabelecida basicamente para APP do Rio Tietê. Citou que o plano diretor estabeleceu algumas áreas de transposição de barreiras necessárias para o desenvolvimento do município. No caso é quase exatamente onde está projetada a ponte para interligar o empreendimento, o plano diretor aponta um desses locais para transpor o Rio Tietê em direção à zona de expansão urbana determinada, que inclui a área de empreendimento. Mostrou um recorte da localização das Áreas de Influência (AI) em relação às Áreas de Proteção Ambiental (APA) do munícipio, a APA do Avecuia e a APA do Engenho D’água, então o empreendimento está relativamente distante dos limites dessas duas áreas. Ressaltou que, da mesma forma o empreendimento não está inserido em áreas de proteção estaduais ou federais. Com relação à hidrografia, houve uma aferição da hidrografia apresentada inicialmente na carta do EGC com a inclusão de algumas drenagens que foram observadas em campo e que não constavam na carta, e com o ajuste de outras drenagens que apareciam na carta em uma determinada posição e foram aferidas em relação ao que foi observado e constatado em campo. No projeto foram mantidos todos os cursos d’água, foi verificado que há corpos hídricos que estão absolutamente secos ao longo de mais de um ano, mesmo assim foram considerados como corpos hídricos naturais, pois a intenção é restaurá-los com o plantio de vegetação no seu entorno. Mostrou a imagem da cota de inundação do Rio Tietê que foi calculada, do qual houve um pedido para calcular a cota de inundação dos demais cursos d’água muito pequenos que possuem nascente na área do empreendimento. Então, a princípio por esta razão não foi feito o cálculo da cota de inundação dos cursos d’água que nascem dentro da propriedade, e sim apenas do Rio Tietê. E a determinação da cota da mancha indica que projeto urbanístico fica fora dessa mancha. Explicou sobre o mapa que mostra que Porto Feliz está situado numa área considerada de baixa suscetibilidade à erosão. Também mostrou o mapa de declividade da área, que mais ou menos corrobora aquela imagem mais regional. Mostrou a imagem da situação da vegetação nas áreas de influência do empreendimento, são fragmentos florestais em estágio inicial a médio em alguns trechos, mas a rigor são fragmentos degradados e isolados entre si ou com uma conexão fragilizada. Apresentou o detalhe dos fragmentos dentro da área do loteamento, onde 100% da vegetação praticamente existente será preservada, com exceção dos pequenos trechos onde não foi possível não fazer a supressão para implantação do sistema viário, com um trecho para implantação da ponte e tem um outro trecho pequeno para interligar uma porção a diferentes porções da gleba. O levantamento de fauna demonstrou a existência de uma fauna bem generalista, típica de áreas degradadas, com exceção de algumas espécies de mastofauna que transitam pela área de preservação do Rio Tietê. Ressaltou que no projeto urbanístico trouxe as nascentes para cima, a ideia é tentar restaurar isso e devolver a drenagem natural para esses trechos. A escolha do local da travessia nesse trecho, foi pensando em intervir o mínimo possível nas áreas de preservação permanente que foram consideradas. Com relação à fauna, estão previstas as passagens de fauna nas duas barreiras que vão precisar ser implantadas para viabilizar o acesso ao empreendimento, tanto na APP do Rio Tietê na chegada da ponte, como naquela travessia para manter a ligação desse futuro maciço de vegetação que vai ter aqui com a restauração com APP do Rio Tietê. As outras APPs internas não vão ter barreiras e vão estar conectadas com a APP do Tietê. Lembrou que toda APP vai ser restaurada, vai ter um projeto de restauração florestal de toda APP, tanto do Rio Tietê, como dos córregos internos. Salientou que, naturalmente essa restauração impacta positivamente na infiltração, na drenagem, no escoamento. Concluiu que, o estudo caminha para o sentido de que os impactos do empreendimento naturalmente seriam já reduzidos, não são impactos de grande importância, e que com adoção de todas as medidas propostas esses impactos podem ser gerenciados. Mencionou também que, além dos projetos todos de parcelamento e infraestrutura, pensados em diminuir os impactos, visando compensar ou mitigar impactos, existem também projetos específicos de controle dos potenciais impactos ambientais, sobretudo para as fases de planejamento e implantação do empreendimento. Existe um programa completo de controle de monitoramento de processo erosivo, visando evitar o assoreamento dos recursos hídricos da área e o programa relacionado especificamente ao controle da fauna. Passando a palavra para o Sr. Marcos Vinícius de Souza Damy (Constal S/A) para explicação das soluções do saneamento. Iniciou informando que basicamente foram seguidas as diretrizes do SAAE, seguindo a linha da captação subterrânea, que foi feita a avaliação hidrogeológica preliminar, que indicou a partir de 350 metros de profundidade encontraria as vazões que o SAAE determinou. O consumo diário do empreendimento será em torno de 1400 m³ por dia, e no entendimento os cinco postos, com a vazão de 30 m³ por hora, que é bem superior ao que o empreendimento precisaria. Na parte de esgoto sanitário são duas estações elevatórias, com a movimentação de terra, e conseguiu deixar fixo em duas estações. Com relação à drenagem, informou que foi previsto a menor intervenção possível nas APPs. Então, conseguiu-se fazer seis dissipadores do projeto todo, mas não foi previsto nenhum tipo de retenção de água. Sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) agradeceu aos representantes da empresa Constal S/A, abrindo a palavra para questionamentos. Sr. Gerson Salviano de Almeida Filho (IPT) perguntou o que estão fazendo para reter o transporte do sedimento no empreendimento na parte de movimentação de terra. Sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, um dos programas de mitigação previstos, é um dos trechos do programa de controle ambiental das obras de implantação. Destacou que, o projeto de terraplanagem chegou num balanço quase que de neutralidade, então não vai ser necessário nem empréstimo, nem bota fora de material. O material vai ser equalizado internamente, o que facilita nesse sentido. Mas houve uma proposta de programa de controle de obras que envolvem realizar as movimentações de terra em períodos de baixa precipitação. A área já tem um sistema de leiras de terraceamento, curvas de nível implantadas na propriedade inteira, que são eficientes nesse sentido. Citou que, existe uma proposta também no plano de controle ambiental de obras de manter essas leiras implantadas até o final das obras, porque o projeto de terraplanagem está basicamente concentrado no sistema viário, como a área não tem declividades acentuadas naturalmente, o projeto de terraplanagem não precisou contemplar a movimentação de terra nas quadras. Está previsto também o controle da disposição dos materiais escavados durante a obra, onde terão locais pré-determinados para manter o solo em trânsito durante a obra de terraplanagem, além das leiras já existentes também será feito uma proteção específica desses locais de depósito temporário de material. Foi compartilhada uma imagem, mostrando as curvas de nível, bem implantadas, onde estão na área há muito tempo e desde sempre com essa estrutura preservada, a proposta é que isso seja mantido até mais longe possível da fase de implantação. A sra. Ana Carolina Dias de Moraes (Prefeitura de Porto Feliz) mencionou que, na APP do Rio Tietê existe um tanque escavado, que é o bebedouro de animais, e o levantamento de fauna mostrou a presença abundante de fauna no local. E indagou se o projeto de restauração está pretendendo manter essa área encharcada. E a APP do outro lado da margem do Rio Tietê não está incluída no projeto também como uma área de intervenção, porque a ponte vai atravessar o rio. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu com relação ao projeto de restauração florestal e de implantação das áreas verdes e sistemas de lazer, não houve ainda um detalhamento. Em geral, esse é um projeto que é apresentado na etapa seguinte de licença de instalação, mas aquela área tem o tanque escavado, inclusive vai ser mantido dois dos lançamentos de drenagem, eles chegam praticamente nesse tanque. Adiantou que, o projeto de restauração das áreas verdes e sistema de lazer vai prever a manutenção dessa área como ela está, não vai haver nenhum tipo de intervenção ou de movimentação de terra nesse trecho. O que será avaliado é se essa área tem potencial para receber uma revegetação específica de áreas que encharcam periodicamente, existem espécies arbóreas que toleram esse tipo de encharcamento, isso será determinado no projeto se haverá revegetação ou se ela vai ser mantida apenas com essas condições atuais de permeabilidade e a estrutura de absorção de cheia mesmo quando for preciso. Com relação ao outro lado, no qual a intervenção em APP para implantação da ponte foi calculada, foi determinado que vai ser licenciada durante a etapa de licença de instalação, e naturalmente vai ser objeto de uma compensação ambiental, calculada e definida nesse segundo momento do licenciamento. Com relação à obra ou a atividade de revegetação ou restauração naquele lado especificamente não há nenhuma previsão de fazer isso, até porque são áreas que não são do proprietário, são áreas que não vão ter uma intervenção direta. A área que vai ter uma intervenção direta é a área que efetivamente vai receber a ampliação do sistema viário, ou seja, ela vai acabar sendo totalmente ocupada pela obra do viário e da terraplanagem prevista, nas estruturas de contenção do viário que foram projetadas. A sra. Ana Carolina Dias de Moraes (Prefeitura de Porto Feliz) destacou que, mesmo estando fora da propriedade, que a seu ver teria que estar previsto no EIA/RIMA todas essas intervenções que vão acontecer ali. E com relação à área de inundação, indagou se a APP não deveria ser demarcada após essa área, pois a APP está sendo marcada a partir do leito regular do Rio Tietê, porém, quem transita por ali consegue ver que todo mês de janeiro e fevereiro, aquela área ela fica bastante inundada. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) reforçou que, a área de intervenção em APP para implantação do acesso está prevista no estudo. A intervenção em APP ela vai precisar ser licenciada na etapa seguinte essa discussão ela vai ocorrer com amior detalhamento na etapa seguinte da licença de instalação. Citou que já está inclusive no EIA, a intervenção direta da área do viário, da terraplanagem, e drenagem associadas e será licenciada e compensada. Salientou que, nesse segundo momento do licenciamento de instalação realmente não vê uma forma de ter que expandir isso, mas que essa discussão vai existir naturalmente na CETESB no momento do licenciamento de instalação. Com relação à faixa de APP do outro lado, ela está considerada como 150 metros, e o que a legislação determina nesse caso é o estabelecimento dessas faixas a partir da calha do rio. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) indagou que, uma das questões que foi discutida na última reunião é justamente a área de amortecimento da cheia do Rio Tietê, e como foi calculada a área de inundação. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, foi feito um estudo hidrológico, e uma batimetria de algumas seções do Rio Tietê ali naquele trecho. E a partir de um estudo hidrológico e de dimensionamento hidráulico com base nessa batimetria, obteve-se a cota de cheia, expresso no EIA. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) destacou que na última reunião, foi pontuado que a área de inundação está muito próxima do aproveitamento de lotes, principalmente no setor sudeste, próximo da ponte. Aquela região, aparentemente mais baixa, a área de inundação, está encostando nos primeiros lotes na gleba embaixo. E a discussão é se a área de APP não deveria ser marcada a partir da mancha de inundação, e não da calha do Tietê, pois a região este ano está no período de chuva mais próximos da média histórica e tem problemas de alagamento. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que com relação à projeção da faixa de APP, o que convencionalmente vê ocorrer não é projetar APP a partir da cota de inundação determinada partir de um estudo para uma cota milenar para 500 anos, e sim para o leito regular, que isso é o convencional adotado nos licenciamentos. Com relação à proximidade nos lotes, a ideia do projeto foi ter o projeto urbanístico fora da área de inundação. Lembrando que essa cota de inundação leva em consideração esse tempo de retorno conservador, com eventos esporádicos, mas que é importante prevê-los e evitá-los, que por isso o projeto urbanístico foi pensado para ficar fora da cota de inundação. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) salientou que, segundo a imagem da cota de inundação na apresentação, na página 38, os últimos lotes de uma gleba caem praticamente dentro da área de inundação. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) argumentou que estão próximos, no limite da cota de inundação. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) destacou que, por se tratar do Rio Tietê as enchentes são muito comuns. E caso chova além do esperado poderá ocorrer a inundação de lotes ocupados. Mencionou que o ideal era que se recuasse um pouco em relação à mancha de inundação, para até ter uma área de amortecimento de cheia, e reduzir a possibilidade de ter um problema no futuro. Disse que isso envolve mudança no projeto, mas é uma medida que provavelmente vai ser pedido para que o empreendedor faça, reduza a ocupação nessa área para poder ter uma área de amortecimento na cheia. Lembrou também que a posição da ponte ela varia no EIA/RIMA, tem figuras no EIA/RIMA que a ponte está do lado de cima, mais ao norte do empreendimento, e agora foi mostrada a ponte na parte mais ao sul. Perguntou quem vai construir a ponte, se é o empreendedor ou o munícipio. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que é do empreendedor o custeio, que a ponte é embaixo mesmo, que talvez essas imagens do EIA que mostram a ponte lá em cima, pode ser que sejam as imagens do plano diretor, poia há previsão de implantar uma outra ponte em cima. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou se foi feita alguma análise de impacto de vizinhança em função de onde vai passar essa ponte, o impacto do outro lado do rio. Sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) informou que foi feito um relatório de tráfego específico para justamente entender os impactos do empreendimento no tráfego da região, e esse estudo de tráfego indicou algumas medidas que vão precisar ser adotadas, as simulações de tráfego mostraram que os impactos não vão ser muito significativos. O estudo indicou algumas demandas de ajuste no viário, mas não em relação à estrutura, mas sim em relação à inversão de sentidos, sinalização, proibição de estacionamento em alguns lugares, as recomendações são indicadas no estudo como necessárias para mitigar esses impactos. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) indagou por qual razão a decisão de fazer a ponte na parte de baixo. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, inicialmente porque é uma diretriz viária, como foi mostrado na apresentação, aquele ponto é um ponto determinado pela própria Prefeitura no plano diretor em vários mapas, inclusive naquele mapa de propostas prioritárias do plano diretor existe uma ponte naquele local. Sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) informou que a questão da ponte foi exigência da Prefeitura, que as duas outras pontes não estão projetadas em áreas do empreendimento, então não teria como trabalhar. Destacou que em relação a cota de cheia, essa área projetada, está numa cota maior do que a área atual da Velha Porto Feliz. Então se considerar uma enchente onde os lotes do empreendimento fossem afetados, o outro lado da margem do rio, basicamente até uns 300 metros de distância do rio, seria tudo inundado, coisa que hoje nunca aconteceu. A diferença de cota entre um lado da margem e à outra é importante, não sabe se consta isso no EIA/RIMA, mas que é importante deixar isso bem transparente, a questão do desnível que existe entre uma margem e outra. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) mencionou que tem experimentado na região um volume de chuva acima da média histórica num período curto, desta forma, deve-se pensar em não só que já aconteceu, mas o que pode acontecer no futuro. O sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) destacou que a ponte foi projetada num ponto economicamente não viável para empreendedor, aumentou-se sua altura, encarecendo mais a obra, por isso que a ponte às vezes ela estaria numa posição e foi migrada para outra, em função principalmente das enchentes. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou se os postos já foram abertos, se já foi feito teste para saber quanto de água está disponível. Porque nessa região, como outras regiões próximas, tem uma incerteza muito grande sobre o volume de água que os postos produzem. O sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) informou em relação à perfuração de poço, a propriedade hoje é de um poço, não é uma profundidade adequada e não está também nos padrões exigidos pelo SAAE, mas pelo poço existente já se sabe que é possível, se chegar na profundidade e na localização determinada dos estudos, e que atingiu a vazão necessária para o empreendimento. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) mencionou que é interessante fazer em fase, mas que também é interessante também fazer em fase em relação à água disponível, pois o empreendimento ocasionará um aumento de quse 10% na população, que é um acréscimo significativo na demanda por água na região. Perguntou também ao representante do SAAE se o volume é compatível com o que veem na região. O sr. Gustavo Interlick Mancio de Camargo (SAAE) esclareceu que essa quantidade de poços que colocamos no alvará de diretriz, desde que atendidas as vazões mínimas solicitadas, é capaz de atender o empreendimento como um todo satisfatoriamente. Porém, a água de origem subterrânea às vezes é uma incógnita, conforme o estudo hidrológico para determinar pontos com potencial capacidade de fornecer boas vazões, porém a certeza dessas vazões só vai ocorrer quando ocorrer a perfuração. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou em relação ao tratamento de esgoto, quanto a mais que a estação Chico suporta de acréscimo. O sr. Gustavo Interlick Mancio de Camargo (SAAE) esclareceu que estão realizando algumas obras, fazendo algumas reformas e manutenção na estação Chico, mas ela tem a capacidade de absorver esse impacto na geração de esgoto, inforou que a questão do esgoto não é tão preocupante quanto ao abastecimento de água. Destacou também que o Plano Municipal de Saneamento elaborado em 2018, num horizonte de 20 anos prevê um crescimento populacional, porém o Plano vai demandar uma revisão, pois o crescimento exponencial de população no município, o desenvolvimento que está sendo gerado tem causado um aumento populacional além do previsto neste documento. Esse crescimento, hoje consegue ser suprido pelo SAAE, desde que atendidas as diretrizes fornecidas aos empreendedores. Esclareceu que hoje têm em andamento no munícipio três frentes para aumentar a capacidade de abastecimento de água, uma delas é perfuração de poços tubulares profundos. Considerando a crise enfrentada nos últimos anos tem substituído o Ribeirão Avecuia. E que, em paralelo a isso foi iniciado um projeto ainda básico para dois novos barramentos, um é na APA do Engenho D'Água. Está sendo construída também uma ETA compacta junto ao DAEE para renovação da outorga de captação. Outra frente, é a do barramento do bairro Faxinal, que vai sendo executado pela JHSF, e será operado pelo SAAE também, porém são áreas que estão numa distância relativamente grande aí da área do empreendimento. A viabilidade de levar redes não cabe a SAAE, e sim empreendedores, mas existe possibilidade de trazer água superficial, porém vai gerar uma demanda financeira maior. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) destacou que se deve pensar nos problemas futuros, pois haverá um acréscimo grande na população, e devemos garantir no mínimo abastecimento público em 100% da população e tratamento de esgoto. Caso haja algum risco desses poços não darem a vazão, é preciso pensar numa alternativa para que essa população seja abastecida. Uma alternativa seria outras fontes de água, o que está um pouco difícil na região, ou vai ter que fazer uma mudança no projeto, porque não vai suportar a quantidade de água demandada. O sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) esclareceu que, essa questão do poço, se não chegar a atender a necessidade que SAAE levantou, já existe um compromisso em fazer a barragem do Engenho D´Água. Informou que o empreendimento vai ser interligado à rede pública. Citou também a questão do projeto Faxinal, está longe do empreendimento, mas é uma rota, até para que se interligue essa barragem do Faxinal até à malha urbana central da cidade, que pode ser utilizado através da área do empreendimento. Desta forma, estrategicamente ela seria bem interessante para ter um reservatório de água, e através do desnível do terreno conseguir abastecer também uma parte da cidade. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou sobre o número de nascentes no terreno. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) compartilhou a projeção do mapa, e esclareceu que existem nove nascentes. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou se as nascentes que estariam nascendo da divisa se vão aumentar a APP para encostar-se à divisa. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) confirmou que sim, que nesses pontos dá até para ver uma passagem bem consolidada, que passam carros. Relatou que há anos essas drenagens estão com o afloramento em cotas muito mais baixas do que está previsto. Que o objetivo é justamente restaurar todo esse trecho, para que pelo menos até o limite da área do empreendedor possa contribuir para essas drenagens. Nesse outro trecho, apesar de não ter água, tem a vegetação, então o projeto respeitou nesse caso o limite da vegetação, também pela proximidade à nascente que está mais à direita do fragmento. Informou também que têm alguns piezômetros instalados, inclusive nesses trechos, e vai ter uma nova leitura desses piezômetros em meados de fevereiro, justamente para entender o impacto disso. O sr. Gustavo Interlick Mancio de Camargo (SAAE) sugeriu para dar segurança no andamento da análise do projeto, que talvez já fosse efetuado um furo no terreno, seja de prospecção de duas polegadas, até os 400 metros, para verificar desde já se existe uma boa prospecção de abastecimento ali na região, pois a região nunca foi explorada. A sra. Solange Guerra Bueno (SEESP) indagou se os moradores do empreendimento irão utilizar algum ponto as margens do rio para área de lazer, pois percebeu que foi mantida toda a mata à margem do Rio Tietê, observou que nada ligado à lazer vai chegar até à margem do rio. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, nesse caso específico de APP, falando dos 100 metros da Lei Federal, existe uma restrição para uso dessa área para outros fins, inclusive para fins de lazer e turismo. Esclareceu que as APPs em um empreendimento obrigatoriamente por exigência do órgão licenciador precisam ser restauradas. Porém isso não impede que se solicite ao órgão a autorização para colocar alguns equipamentos de lazer na APP. Existem restrições muito severas do ógão licenciador, são permitidas intervenções muito pequenas, que não afetam a permeabilidade. O sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) mencionou que já existe um poço no local, ele tem mais ou menos 150 m de profundidade, uma vazão em torno de 13 m³/h, podendo ser uma referência para verificar se a região tem água ou não. E independente, a segunda solução é fazer uma barragem. Desta forma, se o SAAE entender que pode colocar isso numa segunda opção para garantir a vazão, a barragem pode ser executada, fazer extensão de rede e levar até a área. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (CBH-SMT) questionou que, na parte sul do terreno existe um córrego que tem um barramento pequeno, se o barramento será mantido ou removido. Sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, na verdade é um tanque escavacado, que é só um ponto de passagem, que não há previsão de mexer. A sra. Ana Carolina Dias de Moraes (Prefeitura de Porto Feliz) perguntou se a expansão ou reforma da ETE Chico, se é algum tipo de contrapartida do empreendimento, ou se vai ficar a cargo da Administração Pública para atender o novo loteamento. O sr. Gustavo Interlick Mancio de Camargo (SAAE) informou que, hoje a ETE Chico está demandando reformas, mas são reformas estruturais. Um problema que havia acerca da qualidade do tratamento já vai ser aperfeiçoado por meio da execução de obras financiadas por meio de um contrato com oFEHIDRO, para a instalação de um equipamento na entrada da ETE. Essa demanda de contrapartida não é aumentar a capacidade de tratamento ou de vazão da ETE Chico, ela foi projetada justamente para absorver o crescimento do município. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) agradeceu pelas sugestões e pela discussão, passando para o próximo ponto de pauta. Informou que, assim que o Parecer estiver pronto, será repassado a todos, inclusive para o empreendedor, para terem uma ideia do que está sendo enviado para a CETESB. Lembrou que o Parecer é feito para a CETESB, o setor de licenciamento da CETESB que incorpora ou não os pedidos e as sugestões. **3. Análise das inscrições de empreendimentos que concorrem ao financiamento FEHIDRO 2023**. A sra. Natália Zanetti (FABH SMT) fez um breve contexto sobre os projetos do ano passado, alguns tomadores que tiveram projetos indicados pelo Comitê no ano passado receberam umas notificações no dia 31 de janeiro, e ficaram um pouco confusos. Explicou o que aconteceu, que foram indicados 17 empreendimentos pelo Comitê, e houve um atraso por parte da CRHI para indicação desses empreendimentos para análise de agente técnico. Então, houve toda uma mudança, não são mais diretamente os órgãos do Estado que estão atuando como agentes técnicos, mas a CRHI contratou um consórcio de empresas que está atuando como terceirizada nesse serviço. Mas justamente porque essa mudança é muito grande, inclusive em termos de uso de sistema, de definição de procedimentos, validação desses pareceres e adequação do SinFEHIDRO, também houve um atraso. Então, eles só estão começando analisar os projetos do ano passado agora. Informou que, há uma previsão por deliberação do COFEHIDRO de assinatura dos contratos do ano passado até o prazo de 31 de março deste ano. Com relação às análises deste ano, mencionou que teve 29 protocolos de projetos, seguindo as diretrizes da Deliberação nº 457, com o cronograma, as diretrizes e os critérios de pontuação. Fez uma consideração sobre os valores, tem uma estimativa de disponibilidade de recursos de R$10.430.000,00 da cobrança, mais R$800.000,00 da compensação financeira, o que de cerca de 11 milhões disponíveis. O valor total pleiteado este ano foi de R$28.400.000,00 aproximadamente. Como os projetos do ano passado não foram analisados ainda pelo agente técnico, se houver reprovações poderá acontecer de voltar recurso. E tem-se adotado nos últimos anos a prática de tentar aplicar o mais rápido possível esses recursos em novos projetos. Dada esta contextualização, passou a palavra para a Sra. Luana da empresa EF Engenharia para apresentação dos pareceres da análise da Engenharia, a respeito de todos os empreendimentos protocolados. Mencionou que são 29 (vinte e nove) pareceres e fez sua apresentação. Destacou que, no caso de Cerquilho, que foi contemplado com contrato do FEHIDRO para instalação e implantação do sistema de desagua de lodo da ETE Capuava. De acordo com a deliberação não será financiado objeto que já foi previamente financiado. Pontuou que, minimamente seja apresentada toda a comprovação que o SAAE fez todas as manutenções preventivas necessárias para o equipamento. Existe um laudo técnico do fabricante que dzi que não tem mais como dar manutenção, que teria que comprar outra, ou seja do ponto de vista da Agência, conforme análise técnica do empreendimento, constatou que é de duplicidade de financiamento. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) pontuou que o projeto não está sendo cancelado, que está pedindo que seja mais justificada a necessidade da compra de outra centrífuga, sendo que o Comitê já financiou a centrífuga anteriormente. O sr. Marcio Antonio Martins (EMAE) esclareceu que, em consulta também com o agente técnico do FEHIDRO, que ele confirmou que realmente essas centrífugas a cada dez anos elas precisam ser trocadas, por experiência própria dele. Porém, se há necessidade de documentação técnica, estas serão fornecidas. A sra. Luana (EF Engenharia) deu continuidade na apresentação dos pareceres. Salientou que, Cerquilho tem várias complementações de coisas que não foram apresentadas, e como é um aterro sanitário, então é uma obra de impacto ambiental e estrutural, não é simples. Solicitou que deem muita atenção em tudo que está sendo pedido. Ressaltou que tem menos de um mês para que os tomadores apresentem as complementações. Destacou que é até o dia 3 de março o prazo para apresentar as adequações. A sra. Natália Zanetti (FABH SMT) lembrou que é diretamente no SinFEHIDRO, que tudo que for substituído, exclui a versão anterior para não ter perigo de confundir qual é a mais atualizada que deve ser adotada na análise. A sra. Luana (EF Engenharia) sugeriu o Comitê acessar a pasta com os documentos de tomadores e analisar esses documentos com o parecer, pois aqueles que podem ser mais críticos, o tempo é curto para tratar 29 projetos numa reunião. Que acha importante esta participação do Comitê, que é uma sugestão visando um maior engajamento do time. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) complementou dizendo que, depois que passar o dia 3, que todos vão ter protocolado as complementações e a primeira avaliação da Sra. Luana, sugeriu a separação por PDC por Câmara Técnica. O que for recomposição e melhoria de bacia vai para Câmara de Proteção das Águas; o que for saneamento vai para Câmara de Saneamento; o que for estudo e gestão, vai para a Câmara de Planejamento, e o que for educação ambiental, vai para a Câmara de Educação Ambiental, e assim cada um faz essa vistoria. No dia que a Sra. Luana for apresentar as complementações já tem pelo menos a vista de parte das pessoas. Sra. Cecilia de Barros Aranha (FABH-SMT) sugeriu elaborar e encaminhar um calendário para o prazo de análise. A sra. Laura Stela Naliato Perez (SEMIL) questionou se a fase de complementação vem agora, entende-se que essa avaliação complementar tinha que acontecer antes de encaminhar a complementação, pois podem surgir dúvidas depois que foi feita a complementação, aí já passou a possibilidade da pessoa complementar. Daí neste caso, não tem mais possibilidades de apresentar dúvida pois a fase de complementação já passou. Mencionou que tinha que fazer isso antes de encaminhar as complementações para os tomadores. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (CBH-SMT) pontuou dizendo que a complementação é mais documental, falta de informação. A sra. Natália Zanetti (FABH SMT) esclareceu que, são previstos dois pareceres, que tem do dia 10/02 até 03/03 para às adequações, e serão analisadas as complementações até 17/03. Ci tou que existe uma fase final para apresentar alguma adequação que tenha sido feita, apontada no segundo parecer, mas são muito pontuais, são dois pareceres somente. Inserir uma dinâmica nesse prazo acaba diminuindo o tempo de complementação do tomador, se ele tiver que esperar uma análise da Câmara Técnica diferente do está sendo feito agora, pois quando a deliberação foi feita a previsão era que essa análise conjunta fosse feita justamente agora, neste momento. Então, a intenção é de ler os pareceres, de apresentar os projetos, para que as contribuições fossem feitas neste momento. A ideia era fazer essa troca nesta reunião, pois acaba comprometendo o processo, pois não foi prevista essa nova dinâmica. A sra. Cecilia de Barros Aranha (FABH-SMT) mencionou que a Sra. Laura colocou muito bem, que esse processo tinha que ser antes. Sugeriu que fosse colocada na próxima deliberação do ano que vem, a questão de estabelecer esse cronograma pontuando essas análises pelas CTs, mas que nesse momento não dará tempo. A sra. Natália Zanetti (FABH SMT) pontuou que o tempo para análise é cada vez menor, para ter uma ideia, o MPO sofreu várias alterações em outubro, ele define uma data para indicação dos empreendimentos em primeira chamada pelos Comitês, que é de 31 de maio. A segunda chamada vai acontecer até 15 de setembro. Citou que, ano passado foi indicado no dia 9 de setembro, e ainda assim com cronograma apertado. E sempre se tenta juntar muitas fases, contemplar um período maior possível para os tomadores enviarem complementação, e o tempo de análise é diminuído ao máximo. A empresa sente essa dificuldade, o prazo é curto, para se ter um tempo maior possível para os tomadores fazerem adequações. Pontuado que é seguido um cronograma do Estado, por isso há essa limitação. Destacou que mudar a dinâmica agora vai dar um trabalho extra. A questão da disponibilidade da Sra. Luana de fazer uma retirada de dados sensíveis, também não é simples, o volume de documentos é grande. A sra. Eleusa Maria da Silva (OAB Votorantim) citou que dentro da pontuação da Natália, acredita que na próxima reunião a Sra. Luana terá que fazer mesmo a apresentação bem exaurida. Mas para a próxima deliberação o GT Critérios estabelecer essa modulação através das Câmeras Técnicas. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) sugeriu deixar essa mudança de procedimento para o próximo ano, e talvez fazer presencial pois facilita a discussão. A próxima reunião para discutir esse assunto terá pauta única, e será disponibilizado os pareceres, que será o segundo parecer da empresa, para os membros lerem antes antes da reunião. Sugeriu fazer essa vista não oficial antes da próxima reunião da CT-PLAGRHI, que deve ser em abril. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, o Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, Vice-Presidente do CBH-SMT e representante da UFSCar Sorocaba agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 106ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Entidade** | **Representante** | | **Segmento** |
| Ana Carolina Dias de Moraes | Prefeitura de Porto Feliz | | Município |
| André Cordeiro Alves dos Santos | UFSCar | | Sociedade Civil |
| Alan Teixeira da Silva | Prefeitura de Sorocaba SEMA | | Município |
| Anna Paula Leoni Goes | FABH-SMT | | Sociedade Civil |
| Bruno Talon | Senna Meio Ambiente e Infraestrutura | | Sociedade Civil |
| Cecilia de Barros Aranha | FABH SMT | | Sociedade Civil |
| Eleusa Maria da Silva | OAB Votorantim | | Sociedade Civil |
| Eliane castro | águas de votorantim SA | | Sociedade Civil |
| Felipe Godinho | Constal S/A | | Sociedade Civil |
| Felipe Gustavo Pascutti | Secretaria de Agric. Abast. e Meio Ambiente de Cerquilho | | Município |
| Gerson Salviano de Almeida Filho | IMPERCEPTÍVEL | | Estado |
| Gustavo Interlick Mancio de Camargo | SAAE Porto Feliz | | Município |
| Jodhi Allonso | DAEE | | Estado |
| José Gustavo Quagliato Pereira | CATI SAA | | Estado |
| Júlia Nogueira Gomes | FABH-SMT | | Sociedade Civil |
| Julio César Jacometto | Sabesp | | Estado |
| Laura Stela Naliato Perez | SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística | | Estado |
| Leticia Mei | Águas de Araçoiaba | | Município |
| Marcelo Pereira do Nascimento | Associação Escola e Cultura em Foco | | Sociedade Civil |
| Marcia Christina Amaral Serra | ACRTS- FACENS | | Sociedade Civil |
| Marcos Vinícius de Souza Damy | CONSTAL S/A | | Sociedade Civil |
| Marcio Antonio Martins | EMAE | | Estado |
| Michel Zangeronimo | CONSTAL S/A | | Sociedade Civil |
| Natália Zanetti | FABH-SMT | | Sociedade Civil |
| Paola Rodrigues Samora | IPESA | | Sociedade Civil |
| Rodrigo Alves Penteado | SAAE Salto | | Município |
| Rosângela Aparecida César | CETESB | | Estado |
| Solange Guerra Bueno | SEESP | | Estado |
| Waldnir Gomes Moreira | Fundação Florestal | | Estado |
| André Cordeiro Alves dos Santos  **Coordenador da CT-PLAGRHI** | | Rosângela Aparecida César  **Coordenadora adjunta da CT-PLAGRHI** | |